
Sobre portugueses, estrangeiros e moçambicanos - representações sociais emitidas no semanário Savana nas celebrações da Independência de Moçambique¹

João Feijó

Introdução

Na análise em questão pretendia-se, num primeiro momento, conhecer as percepções emitidas no Semanário Savana acerca do cidadão português. Na prossecução destes objectivos seleccionaram-se como amostra todos os números do Semanário Savana publicados nos meses de Junho e de Setembro e no período compreendido entre Setembro de 1999 e Junho de 2003, e onde estivessem manifestas opiniões sobre a independência de Moçambique, bem como representações sociais de portugueses e de estrangeiros. A pertinência desta selecção relaciona-se essencialmente com dois aspectos. Em primeiro lugar, a 7 de Setembro de 1999 celebrou-se um quarto de século da assinatura dos Acordos de Lusaka². Em segundo lugar é durante estes meses que se comemoram diversas datas associadas à luta pela independência³. Seria à partida durante estes períodos que se opinaria acerca dos portugueses (colonialistas), ou que se estabeleceriam balanços e análises (mais a frio) dos conflitos passados (e presentes) entre portugueses e moçambicanos.

Verificou-se contudo, num segundo momento, que o português se encontra inserido numa categoria mais generalizada a que se denomina de "estrangeiro", conceito este intrinsecamente associado ao "cidadão branco". Num terceiro momento constatou-se que, se são atribuídas responsabilidades (históricas) ao Outro estrangeiro pelo sub-desenvolvimento de Moçambique, parte dessa responsabilidade parece ser imputada ao Outro moçambicano, nomeadamente aquele que se diz deter o monopólio do acesso ao consumo e ao usufruto da independência. Nesta análise julgou-se também importante conhecer o significado atribuído a essa independência de Moçambique, bem como identificar as condições através das quais o Outro é representado e, eventualmente recusado.

"A túnica branca não veda" - a representação do estrangeiro

Em finais da década de 80, Moçambique vive talvez a mais grave crise económica da sua história recente. As consequências da guerra civil eram catastróficas e as necessidades de apoio externo tornaram-se então urgentes. Com o fim da guerra fria, Moçambique vê-se envolto numa pressão internacional para a abertura da sua economia ao investimento estrangeiro. Num Mundo globalizado, as regras das economias liberais impõe a privatização de diversos sectores económicos bem como a internacionalização dos capitais. A inerente transferência de métodos de gestão economicamente mais competitivos e a deslocação internacional de quadros técnicos gerou em Moçambique a entrada de mão-de-obra estrangeira com a qual o emergente empresariado moçambicano não estava capacitado para competir. Os despedimentos e as falências das empresas (inter)nacionalmente menos competitivas constituem mecanismos liberais de reajustamento dos países às economias de mercado. É neste quadro que, por ocasião das celebrações do 25º aniversário da independência de Moçambique, o empresário Amade Camal (23/6/2000: 24) considerava: "*Os programas de reconstrução sucedem-se, elaborados*

¹ - O texto que se segue pretende constituir uma organização de algumas primeiras impressões de uma investigação de mestrado em curso em Relações Interculturais.

² - Acordos celebrados entre o Governo português e a FRELIMO em 1974, pacto este que estabeleceu as condições do cessar-fogo, bem como as condições da transição para a independência de Moçambique.

³ - O dia 20 de Setembro de 1962 é conhecido em Moçambique como a data de início da luta armada contra o colonialismo português, e 12 anos mais tarde toma posse um governo de transição composto por portugueses e elementos da FRELIMO. A 25 de Junho de 1962 é criado o partido FRELIMO e a 25 de Junho de 1975 proclamou-se oficialmente a independência de Moçambique.

por empresas de consultoria estrangeiras. Os projectos são executados por outras empresas estrangeiras. Aos moçambicanos sobram-lhes as privatizações de empresas falidas e inviáveis". Considera-se que as empresas estrangeiras que investem em Moçambique trazem consigo os seus técnicos e que não recrutam trabalhadores moçambicanos para os cargos de maior responsabilidade. A opinião vigente é que se trata de uma proliferação de trabalhadores estrangeiros (que se diz "descontrolada") "*nos lugares onde deviam estar moçambicanos*" (Nhancale, 1/6/2001: 16).

Noticiando um encontro realizado em Maputo sobre imigração em Moçambique, iniciativa que juntou empregadores, governo, sindicatos e sociedade civil, o jornalista Constâncio Nhancale (1/6/2001: 16) considerava que a situação deixa os trabalhadores moçambicanos "*condenados a morrer no desemprego*". O repórter continuava: "*Parte considerável de Moçambicanos que têm acesso às empresas privatizadas que estão nas mãos de estrangeiros são-lhes reservado lugares de categorias inferiores: de serventes, guardas e ajudantes, por exemplo. Outros são despedidos sem justa causa, e os seus lugares são ocupados por estrangeiros amigos e familiares dos donos das empresas, que passam a ter regalias que os moçambicanos não tinham. Alguns estrangeiros aprendizes de carpinteiro e de sapateiro, quando chegam ao nosso País, ocupam cargos de directores gerais, gestores e outros cargos de chefia, exibindo certificados de habilitações literárias e qualificações profissionais duvidosas*". Na conferência considerou-se ainda que muitos estrangeiros exigem qualificações profissionais bastante elevadas aos candidatos a empregos e insistia-se que aqueles auferem salários muito superiores aos dos moçambicanos. Acusava-se também o estrangeiro de prolongar a sua estadia em Moçambique para além dos objectivos iniciais e à margem da lei, bem como de se encontrar pouco disponível para a formação dos quadros moçambicanos. Um representante sindical referia então que o fenómeno em questão constitui uma forma de combater o desemprego nos países estrangeiros. Referia-se ainda que o governo é conivente com o processo, autorizando a entrada de cidadãos à margem da lei e em troca de benefícios.

O músico José Mucavel (entrevistado por Machava, 10/9/1999: 3) considera que os estrangeiros trazem apoio dos seus governos o que os coloca em notória vantagem relativamente ao empresariado moçambicano. Neste cenário, "*os estrangeiros estão realmente a pilhar Moçambique (...) o que esses estrangeiros estão a fazer é transferir o dinheiro para os seus países*". A institucionalização de um sistema capitalista liberal, com a sua lógica de assimetria social e consequente exclusão social é severamente criticada. É neste sentido que diversas vezes clamam na imprensa pela organização dos moçambicanos com vista a que se maximizem para Moçambique as (eventuais) vantagens da globalização. A necessidade de se definirem as profissões a serem desempenhadas por estrangeiros, bem como de eliminação de assimetrias salariais são questões que, segundo os emissores de opinião, merecem uma maior atenção por parte do governo.

Uma outra forma frequente de representação do cidadão estrangeiro no Semanário Savana é a de cidadão marginal. Esta imagem é desenvolvida numa notícia intitulada "*País permite entrada de marginais europeus*" (Machava, 10/9/1999: 3). O músico José Mucavel considerava então que "*qualquer marginal da Europa tem Moçambique na cabeça. Chega aqui e uma semana depois já é empresário. É patrão de alguém. É um pé descalço mesmo lá na Europa*". São inúmeras as histórias de trabalhadores estrangeiros ilegais. O político António Palange⁴ (8/9/2000: 4) falava de uma "*venda do País em parcelas aos bóeres e a outros estrangeiros vulgo pseudo-investidores*". Analisa-se por várias vezes a exploração de negócios turísticos ilegais por parte de cidadãos estrangeiros, sobretudo por parte de sul-africanos, e nas praias de Vilankulos, Tofo e Pomene (Nhancale, 22/6/2001a e b: 13).

A associação do trabalhador estrangeiro ao racismo é também frequente. A 23 de Junho de 2000 o Savana publica na primeira página a manchete "*Aqui há racismo - denunciam os trabalhadores da Maragra indignados*". No desenvolvimento da notícia referia-se que a

⁴ - Palange foi um dos fundadores do PALMO (Partido Liberal de Moçambique) e primeiro chefe da bancada da coligação União Democrática (UD), constituída pelo PALMO, PANAMO (Partido Nacional de Moçambique) e PANADE (Partido Nacional Democrático). Em 2002 Palange torna-se fundador e presidente do partido Congresso dos Democratas Unidos (CDU).

empresa (de capital sul-africano) praticava enormes assimetrias salariais. Considerava-se que diversos trabalhadores brancos, com qualificações inferiores às dos moçambicanos, viviam nas melhores residências, dispunham de direitos e licenças especiais e vedavam o acesso a clubes privados da empresa a trabalhadores negros, dirigindo-lhes ainda graves insultos verbais. Na mesma página publicava-se um pequeno desmentido do director. Um outro assunto que se encontra na ordem do dia relaciona-se com as histórias de empresários sul-africanos que afixam práticas com conexões racistas em estâncias turísticas de Maputo, Gaza e Inhambane (Nhancale, 22/6/2001a: 13), que *"maltratam alguns moçambicanos seus empregados e atribuem-lhes nomes feios"*, ou de um estrangeiro dono de uma empresa hoteleira na província da Zambézia *"que expulsou um trabalhador, alegadamente por possuir uma conta bancária e ter duas mulheres"* (Nhancale, 22/6/2001b: 13). Diz-se ainda dos *boers* que exploram a mão-de-obra moçambicana, que privatizam as praias e que seleccionam os hóspedes nos seus hotéis⁵. Num outro aspecto as opiniões pareciam consensuais: Moçambique está a sofrer uma recolonização.

Um artigo de opinião assinado por Jacinto Mugondha (30/6/2000: 8) e intitulado "A túnica branca não veda" fornece um importante contributo para a compreensão do fenómeno. O autor constata a notável diferença social existente hoje em Moçambique entre brancos e negros. Segundo o mesmo, não se trata de uma situação de *apartheid*, mas de fortes desigualdades no acesso ao consumo - *"Por exemplo diz-se que é impossível ver em Moçambique um branco indigente, pedinte, por mais "desparafusado" ou ignorante que seja"*.

Estas relações assimétricas dão origem à produção representações sociais do Outro estrangeiro, imagens essas que parecem assumir um carácter estereotipado. Estamos perante um conjunto de discursos de emergência e de alerta face à posição social que a minoria "branca" vem adquirindo em Moçambique, ameaçando a posição dos "negros". Emerge um discurso que procura fortalecer a defesa do empresariado, dos trabalhadores e da juventude moçambicana. Lourenço do Rosário⁶ (8/9/2000: 2) mostrava-se a este respeito preocupado: *"tirando a primeira fase da primeira República não tem havido uma educação sistemática do ponto de vista patriótico"* que possa trazer benefícios para a juventude moçambicana. É por este motivo que não se pode *"aprofundar aquilo que, eventualmente, se diz numa forma superficial, que é o sentido de moçambicanidade, porque todos nós pronunciamos esta palavra, mas dificilmente saberemos caracterizar o que é moçambicanidade"*. Face à forte competição existente pelo acesso aos recursos de poder e ao risco de uma privação futura, desenvolvem-se estratégias de compensação assentes num apelo à prioridade de uma "maioria racial".

A representação do cidadão português

A representação do português no Semanário Savana não consegue deixar de estar dissociada da condição de colonizador que o caracterizou no passado. O termo colonialismo é usado na literatura em análise com uma carga semântica bastante negativa. Trata-se de um conceito frequentemente associado à exploração, à *"pilhagem de riquezas"*, à escravatura e ao trabalho forçado, ao racismo, bem como a diversas histórias de terror provocadas pela P.I.D.E. A responsabilidade histórica de Portugal no sub-desenvolvimento de Moçambique é também muitas vezes referida.

O êxodo de cerca de 200 mil colonos portugueses de Moçambique durante os anos de 1974 e 1975, é muitas vezes representado como um processo gerado pelos ímpetus contra-

⁵ - Um fenómeno que sustenta estas representações reside no facto de a grande maioria dos turistas em Moçambique serem de «pele branca», oriundos de países ocidentais ou da África do Sul (branca). Durante a minha estadia de 7 semanas em 3 *backpackers* em Moçambique, e num universo de várias centenas de viajantes estrangeiros, só assisti à presença de dois turistas de cor negra (oriundos do Zimbábwe). A recepcionista do alojamento (de cor branca) referiu-me as reticências por parte do proprietário (cidadão português nascido nos anos 60 na província da Zambézia e residente em Moçambique desde os anos 80) em hospedar cidadãos moçambicanos, pelo receio de furtos. Mais uma vez, as desigualdades no acesso ao consumo, e a coincidência das mesmas com a «raça» dos actores sociais envolvidos, parecem sustentar as representações sociais em questão.

⁶ - Reitor do Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU).

revolucionários de um grupo de colonos que, em duas tentativas desesperadas⁷, pretendiam instituir em Moçambique um governo de minoria branca. A 3 de Setembro de 1999, por ocasião do 25º aniversário da assinatura dos Acordos de Lusaka, o jornalista Albuquerque Freire considerava que alguns "*brancos defendiam que os Moçambicanos não tinham capacidade para governar o país*" (entrevistado por Bié e Nhancale, 3/9/1999b: 17). Na mesma data, Gabriel Simbine⁸ (entrevistado por Bié e Nhancale, 3/9/1999a: 17) referia: "*Primeiro foi a derrota no campo de batalha e depois vieram as nacionalizações. Os portugueses ainda não perdoaram Moçambique por causa das nacionalizações. Eles acham que perderam casas, propriedades, fábricas, etc. Isso está no fundo dos portugueses. (...) Eles perderam no campo de batalha e isso ainda lhes gira no coração. Isso rói-lhes muito e até há alguns que não querem ouvir falar dessa data*". O entrevistado destaca os portugueses que residem na África do Sul como aqueles mais hostis aos moçambicanos.

A 23 de Junho de 2000, Salomão Moyana escrevia no Editorial que, com a liberalização da economia "*vieram os portugueses que estavam na África do Sul e outros directamente de Portugal. Vieram também os sul-africanos brancos, na sua maioria habituados durante o «apartheid» à discriminação económica e racial contra o negro*". Este regresso do empresariado português, que aproveita as oportunidades de investimento que parecem existir em Moçambique, antecipando-se à pequena burguesia, parece ser pensado com desconfiança. Num artigo de opinião, Ussivine Lhanque (2/6/2000: 6) mostrava-se alarmado: "*Como é que os moçambicanos não se vão revoltar, quando vêem os postos de trabalho usurpados que bem podiam ser ocupados por nacionais que se encontram a deambular pelas ruas e que estão moleques, boçais provenientes dos "ghetos" dos seus países maioritariamente indianos, paquistaneses e portugueses vindo praticar uma autêntica escravatura*". A questão que parece estar aqui subjacente prende-se mais uma vez com a possibilidade de acesso aos bens de consumo. Como opinava o mesmo "*os moçambicanos vêem que os moleques estrangeiros paquistaneses, indianos, portugueses usufruem das melhores condições de trabalho, com tudo pago, passagem aérea, carro, alimentação, salário USD/MT, assistência médica, guardas e outras mordomias, a esta gente pobre sem escrúpulos*".

Um outro papel que o português parece desempenhar no semanário Savana é o de entidade patronal que despede. Para Gabriel Simbine (Bié e Nhancale, 3/9/1999a: 17), se as relações entre Portugal e Moçambique, em termos governamentais são boas, "*o relacionamento entre portugueses e Moçambicanos a nível de trabalhadores não é bom. (...) Onde há portugueses os trabalhadores são dispensados em massa. Bastou entregar uma empresa a um português para ver o que vai acontecer. Portanto, a estes níveis, as relações entre Moçambique e Portugal são ainda muito frias*".

Por outro lado, o facto de três dos quatro grupos bancários privados existentes em Moçambique serem portugueses parece levantar muita controvérsia no parecer de Gabriel Simbine (entrevistado por Bié e Nhancale, 3/9/1999a: 17): "*Os portugueses controlam grande parte da nossa banca (...) Há muitos empresários moçambicanos que não conseguem manter as suas empresas por falta de crédito (...) Os bancos também duvidam muito quando têm que dar dinheiro a um moçambicano*". A 24 de Setembro do mesmo ano escrevia-se que os portugueses "*vendem o dinheiro com os «olhos da cara»*. Isto, de alguma maneira sufoca o ambiente de negócios no País" (Espaço Económico, 24/9/1999: 24). Defende-se que Moçambique só pode realmente tornar-se independente quando forem os moçambicanos a controlar a sua economia. É neste sentido que Gabriel Simbine (entrevistado por Bié e Nhancale, 3/9/1999a: 17) pretende "*frisar que este relacionamento entre portugueses e moçambicanos cedo ou tarde vai criar distúrbios e a sensibilidade que se tem é de que a vitória dos moçambicanos trazida pelo 7 de Setembro está ofuscada*".

⁷ - As notícias referem-se à ocupação das instalações do então Rádio Clube Português (hoje Rádio Moçambique), por um grupo de colonos durante a assinatura dos Acordos de Lusaka (7 de Setembro de 1974) e com o objectivo de impedir a divulgação via rádio. O outro episódio aconteceu a 21 de Outubro do mesmo ano, altura em que um grupo de comandos do exército português se envolve num tiroteio com militares da FRELIMO e com cidadãos moçambicanos. Em ambos os momentos a retaliação provocou o pânico entre a população branca de Maputo.

⁸ - Membro do Partido FRELIMO.

A corrupção e o «novo-riquismo» - os inimigos internos

Ao longo dos números do Savana foi possível encontrar fortes e insistentes acusações aos governantes de Moçambique. As denúncias de corrupção são contínuas. Empregadores, sindicatos e sociedade civil culpam "o ministério do trabalho e suas direcções provinciais e distritais por facilitar a contratação de estrangeiros à margem da lei, em troca de alguns benefícios" (Nhancale, 1-6-2001: 16). Denuncia-se a conivência dos inspectores do trabalho (Lhanque, 2/6/2000: 6) e a ausência de coordenação entre os ministérios na fiscalização do investimento estrangeiro, particularmente no que concerne ao sector do turismo (Luís Macuacua⁹, entrevistado por Nhancale, 22/6/2001b: 13). Nas celebrações dos 26 anos da independência de Moçambique, Joaquim Chissano, o próprio Presidente da República reconhecia a "urgência em se promoverem mudanças que contribuam para elevar os padrões morais e éticos dos funcionários públicos, de modo a transformá-los em verdadeiros servidores do público" (citado por Salema, 29/6/2001: 4). Esta posição parece deter alguma consensualidade em Moçambique.

A 3 de Setembro de 1999, Salomão Moyana assinava o editorial com o título "Sobre a Pilhagem do País". Escrevia então: "Moçambique deve ser o país com o governo mais fraco do mundo em que qualquer estrangeiro chega, é recebido por um ministro, almoça com o PM, janta com o PR e, no dia seguinte, dá uma conferência de imprensa a dizer que vai investir tantos milhões de dólares na área X e, zás, o governo toca a remover, sem prévia discussão, as populações naturais e residentes das zonas pretendidas pelo dito investidor!". O problema fundamental não parece então residir apenas no "estrangeiro" (des)honesto, mas em todo o aparelho de Estado moçambicano, desde o simples funcionário público corrupto até à elite governamental com negócios pouco claros e que pactua com o interesse estrangeiro.

O descontentamento em relação à classe governamental parece ser fortemente explorado no Semanário Savana. Domingos Arouca (23/6/2000: 31) criticava um "novo-riquismo [que] enfrenta e afronta um contínuo empobrecimento da população". David Aloni¹⁰ (23/6/2000: 27) denunciava por sua vez um "parasitismo africano [que] desvirtua toda uma cultura da solidariedade e hospitalidade", que considera genuína do continente. A África tradicional, por oposição à dos tempos (pós) coloniais parece ser representada como uma realidade social harmoniosamente funcional, alheia ao conflito, como que um dado natural africano, independente das relações sociais que lhe estariam inerentes.

Para Fernando Mazanga¹¹ (23/6/2000: 12) durante o período pós-revolucionário "não se conseguia ver esse bicho chamado independência, senão a substituição do branco pelo preto". Hoje, considera-se que as gerações mais novas, que não viveram a opressão colonial, observam que os dirigentes políticos "acomodados no poder e armados dos mesmos instrumentos de repressão utilizados pelos colonialistas para suprimir o espírito nacionalista, servem-se deles para retirar qualquer significado útil que a independência possa ter" (Gonçalves, 27/9/2002: 6). Num comunicado editado pelo Gabinete do Presidente da RENAMO (23/6/2000: 10) lia-se que "os ditadores e colonizadores podem ser de várias cores, resistamos à tentação de substituímos os colonizadores brancos por colonizadores negros, sem agenda nacional, os quais apenas lutam pela satisfação dos seus interesses pessoais e do seu clã". O inimigo parece estar agora também dentro de Moçambique, no seio do próprio ideal de negritude ou de africanismo, e já não apenas no outro não africano. Apela-se então para a procura dos elementos da cultura africana que tornam o continente tão dependente do primeiro Mundo (Secção Internacional, 15/9/2000: 22).

Num país onde o acesso à riqueza parece pressupor um prévio acesso ao poder político, o Semanário Savana adquire o estatuto de espaço de luta política e partidária por parte das forças da oposição ao governo. Visto ter sido o primeiro semanário independente em

⁹ - Secretário-geral do SINTIHOTS - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, Turismo e Similares.

¹⁰ - membro da RENAMO e deputado da Assembleia da República pela RENAMO-União Eleitoral.

¹¹ - Delegado Provincial da RENAMO.

Moçambique durante o período pós-colonial, e por se conferir espaço de opinião às forças não governamentais, o semanário é por alguns considerado como um jornal da oposição. De acordo com Paul Fauvet e Marcelo Mosse (2003: 344), em 1995 "*as publicações da Mediacoop [Savana e MediaFax] estavam à frente da campanha para remover Manuel António do cargo de Ministro do Interior*"¹². Muitos dos artigos de opinião publicados no Semanário Savana procuram deslegitimar um Estado não distribuidor de riqueza e cada vez mais distante dos cidadãos. É neste contexto que se poderá entender a estratégia política de se comparar a situação económica e social actual com a de um passado colonial já distante no tempo, ainda que opressor e violento.

Algumas conclusões

Sobre os escombros da guerra civil é edificado em Moçambique um regime neo-liberal onde as privatizações de empresas parecem acontecer num quadro de corrupção generalizada. Esta abertura da economia moçambicana a capitais e investidores estrangeiros vem gerando um conjunto de artigos de opinião que protestam contra a marginalização dos moçambicanos no acesso aos postos de trabalho, em favor de estrangeiros, designadamente "boers" e portugueses, que se diz entrarem em grande número no território moçambicano, e sem que exista um enquadramento jurídico protector ou com o aval das autoridades governamentais. Dadas as assimetrias salariais existentes entre estrangeiros ("brancos") e moçambicanos ("negros"), a criação de bodes expiatórios torna-se inevitável. É neste contexto que um grupo "racial" minoritário, mas com grande visibilidade social e económica, seja considerado o grande responsável pelos males sociais do País. Estas representações sociais traduzem não só um sentimento de exclusão vivido no presente, como ainda uma memória de discriminação no passado, durante os regimes do colonialismo e do *apartheid*¹³. É neste sentido que se levantam vozes de alerta em torno daquilo que se designa de recolonização dos centros de poder económico moçambicano, que se tornam cada vez mais propriedade de "brancos" e de estrangeiros, conceitos estes utilizados muitas vezes na explanação dos mesmos fenómenos. Está-se de facto perante uma forte associação entre os conceitos de racismo e de distribuição da riqueza. As representações sociais do estrangeiro reflectem então um conflito intergrupalo pelo acesso privilegiado a recursos económicos e de poder escassos. Entenda-se por recursos de poder o acesso ao capital, à alimentação e ao vestuário, à qualificação profissional, aos cargos de chefia, aos meios de transporte... ao consumo em geral.

A prova mais paradigmática de que a discriminação racial não tem tanto a ver com a cor da pele, mas com uma desigual distribuição dos recursos económicos, relaciona-se com o facto de alguns negros considerarem racistas outros negros¹⁴, justamente porque uns enriqueceram muito mais do que outros, seus congéneres moçambicanos. A luta pelo acesso aos recursos de poder gera a produção de discursos onde o "Outro privilegiado" é representado através de categorizações desonrosas, e a sociedade moçambicana não será alheia a estas dinâmicas.

Se o Savana emergiu da liberdade de imprensa, e se se afirma como uma publicação independente e crítica em relação a quaisquer poderes constituídos (institucionais ou particulares), o semanário não deixa de estar sujeito às regras económicas dos mercados. O carácter comercial da publicação, a necessidade de vingar no mercado de imprensa ou a competitividade no mercado de trabalho sentida pelos jornalistas moçambicanos afecta uma selecção editorial, onde o sensacionalismo e a exploração de episódios mediáticos terão que marcar a sua presença.

¹² - Tratou-se de todo um conjunto de escândalos relacionados com mortes em prisões e brutalidade policial, com a ligação do ministro ao roubo organizado de carros e conivência com diversos negócios ilegais, com a impunidade que parecia gozar e com a insistência do ministro em não se demitir apesar do descontentamento popular (Fauvet e Mosse, 2003).

¹³ - regime praticado na África do Sul mas que teve os seus reflexos por toda a África Austral.

¹⁴ - Numa investigação dirigida por Carlos Serra (2000), realizada nas diversas províncias de Moçambique (2000) constatava-se que 22% dos indivíduos inquiridos mostrava concordância em relação a "os negros são racistas".

Saliente-se que o semanário produz todo um conjunto de pontos de vista provenientes de camadas sociais urbanizadas, letradas, assimiladas se quisermos, constituindo por isso o veículo de difusão do pensamento de uma elite moçambicana fazedora de opinião, e envolta em conflitos sociais e políticos específicos. Qualquer tentativa de extrapolar estas observações para todo a sociedade moçambicana seria por isso abusiva.

Bibliografia

- AROUCA, Domingos (23/6/2000), "A luta pela Independência" in *Semanário Savana - suplemento especial 25 de Junho*, pg. 31.
- BIÉ, Rafael e NHANCALE, Constâncio (3/9/1999a), "Conjuntura sócio-económica ofusca o dia da vitória" in *Semanário Savana*, pg. 16.
- BIÉ, Rafael e NHANCALE, Constâncio (3/9/1999b), "Tentaram destruir instalações do «Notícias»" in *Semanário Savana*, pg. 16".
- CABRAL, Amade (23/6/2000), "Independência" in *Semanário Savana - suplemento especial 25 de Junho*, pg. 24.
- GONÇALVES, Fernando (27/9/2002), "Editorial - 25 de Setembro: uma breve reflexão" in *Semanário Savana*, pg. 6.
- LHANQUE, Ussivene (2/6/2000), "Dires e contratos de trabalho para estrangeiros podem fazer cair a FRELIMO em 2004" in *Semanário Savana*, pg. 6.
- MACHAVA, Paulo (10/9/99), "País permite entrada de marginais europeus..." in *Semanário Savana*, pg. 3.
- MAZANGA, Fernando (23/6/2000), "25 ano de independência em Moçambique", in *Semanário Savana - suplemento especial 25 de Junho*, pg. 12.
- MOYANA, Salomão (23/6/2000), "Editorial - Racismo" in *Semanário Savana*, pg. 9.
- MUGONDHA, Jacinto (30/6/2000), "A túnica branca não veda", in *Semanário Savana*, pg. 8.
- NHANCALE, Constâncio (1/6/2001), "Prejudicando moçambicanos - estrangeiros assaltam mercado de emprego", in *Semanário Savana*, pg. 16-17.
- NHANCALE, Constâncio (22/6/2001a), "Sector do Turismo: Estrangeiros prosseguem com desmandos" in *Semanário Savana*, pg. 13.
- NHANCALE, Constâncio (22/6/2001b), "Para disciplinar o turismo - Não há coordenação entre Ministério do Turismo e do Trabalho" in *Semanário Savana*, pg. 13.
- PALANGE, António (8/9/2000), "País continua asfixiado" in *Semanário Savana*, pg. 4.
- RENAMO (23/6/2000), "Mensagem de S. Excia o presidente da RENAMO ao povo moçambicano por ocasião do 25º aniversário da Independência Nacional" in *Semanário Savana - suplemento especial 25 de Junho*, pg. 10.
- SECÇÃO INTERNACIONAL (15/9/2000), "Recolonização à espreita em África - dizem cientistas" in *Semanário Savana*, pg. 22.
- FAUVET, Paul e Mosse, Marcelo (2003), *É proibido pôr algemas nas palavras - Carlos Cardoso e a Revolução Moçambicana*, Maputo, Ndjira.
- SERRA, Carlos (2000), *Racismo, etnicidade e poder*, Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.